

Relator do modelo no Senado pretende ajustar texto aprovado na Câmara

Tendência apontada pelo senador Delcídio Amaral vai na linha defendida pelos executivos de entidades setoriais

O projeto de lei de conversão (PLC) do novo modelo do setor elétrico, aprovado semana passada na Câmara dos Deputados, deve passar por alterações durante a tramitação no Senado Federal. A disposição partiria do relator no Senado do PLC oriundo da Medida Provisória 144, Delcídio Amaral (PT-MS), que iniciou nesta terça-feira, dia 3 de fevereiro, uma série de encontros com associações. Nos encontros, Delcídio teria deixado claro aos agentes a intenção de fazer ajustes no texto, segundo confirmou a assessoria de imprensa do senador.

A tendência apontada pelo parlamentar vai na linha defendida pelos executivos de entidades setoriais, que já iniciaram as conversas no Senado para promover as alterações rechaçadas pela Câmara. Hoje, estiveram com Delcídio representantes da Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica), Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), Abraceel (Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica), CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica) e Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia).

Um executivo presente a um dos encontros realizados hoje confirmou que o senador deverá realizar mudanças no PLC. "O relator disse, de maneira muito clara, que será impossível aprovar no Senado o texto da forma como ele foi aprovado na Câmara, e que o governo terá que ter sensibilidade para entender a necessidade de se fazer as alterações", disse o executivo. Procurado pelo CanalEnergia, o senador Delcídio Amaral não conseguiu retornar as ligações até o fechamento da reportagem, em função do cumprimento de sua agenda.

Com o objetivo de ajustar alguns dos pontos do PLC, Amaral formou um grupo de consultores e assessores técnicos no Senado, que está fazendo um pente fino em todas as 766 propostas de emendas protocoladas no Congresso logo após a publicação da MP 144, em dezembro do ano passado. No trabalho feito pelo relator na Câmara, deputado Fernando Ferro (PT-PE), apenas 259 emendas eram não-coincidentes, e destas, 120 emendas acabaram incorporadas, parcial ou integralmente.

Pé no chão - Além disso, o grupo de estudo também está analisando o parecer elaborado por Ferro sobre a MP 144 - que também deverá basear os ajustes pretendidos pelo senador. Hoje, além dos agentes, Delcídio debateu a tramitação e a possibilidade de ajustes no PLC no Senado com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e com líderes do governo no Senado. Pelo lado dos agentes, as conversas sobre a atuação nesta fase de discussões se intensificaram na última sexta-feira (30), com uma reunião entre diversas associações, no Rio.

"As associações estão trabalhando de forma politicamente articulada, já que as mudanças promovidas pela Câmara afetam basicamente todos os segmentos. Estamos com o pé no chão, dispostos a dialogar com os senadores", explica o diretor-executivo da Abraceel, Maurício Corrêa, que juntamente com o presidente da entidade, Paulo César Tavares, levou pleitos do segmento ao senador. Entre eles a inclusão dos comercializadores no Conselho de Administração do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Segundo Corrêa, as decisões operacionais do ONS definem o preço spot do sistema, utilizado na liquidação da energia não-contratada. "Este preço de curto prazo afeta os comercializadores da mesma forma que agentes dos outros segmentos. É uma questão de isonomia", defende ele. Pelo PLC aprovado na Câmara, apenas representantes dos geradores, transmissores e distribuidores terão assento garantido no conselho do operador do sistema